PROCESSO	**: 003495/2017**
ORIGEM	**: Instituto de Previdência dos Serv. do Estado de Sergipe**
ASSUNTO	**: 033 – Pensão Previdenciária ou Especial**
INTERESSADA	**: Vilma de Jesus Silveira**
ADVOGADO	**: Não há**
PROCURADOR	**: José Sérgio Monte Alegre – Parecer nº 1761/2020**
RELATORA	**: Conselheira Susana Maria Fontes Azevedo Freitas**

DECISÃO TC Nº 33.605 PRIMEIRA CÂMARA

EMENTA: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe. Pensão Previdenciária. Legal, para fins de registro, ato de concessão de Pensão por Morte, devendo ser observado o regime da Revisão Anual. Decisão Unânime.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, decidem os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, em sua composição cameral, sob a Presidência da Conselheira Susana Maria Fontes Azevedo Freitas, por unanimidade dos votos, pela **LEGALIDADE** da concessão da pensão previdenciária a **Vilma de Jesus Silveira**, nos termos do voto da Conselheira Relatora.

Aracaju, 15 de dezembro de 2020.

Susana Maria Fontes Azevedo Freitas
Relatora

Arquivo assinado digitalmente por SUSANA MARIA FONTES AZEVEDO FREITAS:29429307568 em 01/03/2021 15:26:03
Arquivo assinado digitalmente por JOSÉ SÉRGIO MONTE ALEGRE:88998878453 em 01/03/2021 15:46:05

RELATÓRIO

Tratam os autos de Pensão por Morte concedida a **Vilma de Jesus Silveira**, inscrita no CPF sob o nº **000.643.475-40**, na condição de cônjuge, em razão do falecimento do ex-contribuinte **João Bosco Carvalho Silveira**, inscrito no CPF sob o nº **375.814.665-00**, ocorrido em 11 de janeiro de 2016.

O processo encontra-se instruído com a Certidão de Óbito, Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoa Física do ex-servidor, bem como com a Certidão de Casamento, Carteira de Identidade e Cadastro de Pessoa Física da requerente.

A Procuradoria-Geral do Estado (fls. 22/23), opinou pelo deferimento da pretensão da interessada, consubstanciada no artigo 12, inciso I, da Lei Complementar n° 113/2005 c/c o artigo 1º, §2º, inciso III, da Portaria nº 355/2008, do Sergipe Previdência.

A pensão por morte foi concedida através da Portaria n° 1367/2016 (fl. 21), devidamente fundamentada na forma da lei e publicada no Diário Oficial do Estado de Sergipe n° 27.417, em 18 de março de 2016 (fl. 25).

A 1ª Coordenadoria de Controle e Inspeção, em Parecer Técnico anexado à fl. 37, aduziu que a interessada faz jus a 100% do benefício, que perfaz a quantia de **R$ 1.266,39 (um mil, duzentos e sessenta e seis reais, trinta e nove centavos)**. Por fim, opinou no sentido da legalidade da pensão, observando-se o regime jurídico da revisão anual.

O representante do Ministério Público de Contas, o *douto* Procurador **José Sérgio Monte Alegre,** em Parecer nº 1761/2020 (fls. 33/34), anuiu incialmente com os cálculos de proventos discriminados na Informação da 1ª Coordenadoria de Controle e Inspeção. Ao final, opinou no sentido da legalidade da pensão, observando que o regime a ser adotado é o da revisão anual.

É o relatório.

Arquivo assinado digitalmente por SUSANA MARIA FONTES AZEVEDO FREITAS:29429307568 em 01/03/2021 15:26:03
Arquivo assinado digitalmente por JOSÉ SÉRGIO MONTE ALEGRE DOS ANJOS BANDEIRA DE MELLO:88998878453 em 01/03/2021 15:46:05

VOTO DA RELATORA

Como dito, versam os autos sobre análise da legalidade da concessão de pensão por morte a **Vilma de Jesus Silveira,** na condição de cônjuge, em razão do falecimento do ex-contribuinte **João Bosco Carvalho Silveira**, ocorrido em 11 de janeiro de 2016.

Perlustrando os autos constata-se que a interessada preencheu todos os requisitos legais necessários ao benefício da pensão, elencados no artigo 12, inciso I, da Lei Complementar Estadual n° 113/2005 c/c o artigo 1º, §2º, inciso III, da Portaria nº 355/2008, do Sergipe Previdência.

Convém ressaltar, ainda, a aquiescência da 1ª Coordenadoria de Controle e Inspeção, bem como do *Parquet* de Contas, no sentido da legalidade do pedido de Pensão Previdenciária.

Outrossim, o regime a ser seguido no presente caso é o da revisão anual, uma vez que o ex-servidor faleceu após o advento da Emenda Constitucional nº 47/2005.

Ante o exposto, **VOTO** pela **Legalidade da Pensão Previdenciária, observando o regime da revisão anual,** a **Vilma de Jesus Silveira**, em consonância com os pareceres da 1ª Coordenadoria de Controle e Inspeção e do Ministério Público de Contas.

É como voto.

Isto posto, e

Considerando a regularidade da documentação que instrui o processo;

Considerando que os pareceres técnicos jurídicos da 1ª Coordenadoria de Controle e Inspeção do Tribunal de Contas e do Ministério Público de Contas, inclusive, com os cálculos adiante apresentados;

Considerando o relatório e voto da Conselheira Relatora;

Arquivo assinado digitalmente por SUSANA MARIA FONTES AZEVEDO FREITAS:29429307568 em 01/03/2021 15:26:03
Arquivo assinado digitalmente por JOSÉ ANJOS BANDEIRA DE MELLO:88998878453 em 01/03/2021 15:46:05

DECISÃO Nº 33.605

Considerando o que mais consta dos autos,

DECIDE O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, em Sessão Virtual da Primeira Câmara, realizada no dia 15 de dezembro de 2020, através do link https://tinyurl.com/y9zkldko, por unanimidade de votos, considerar **LEGAL** a concessão da Pensão por Morte a **Vilma de Jesus Silveira,** inscrita no CPF sob o nº **000.643.475-40,** na condição de cônjuge do ex-contribuinte **João Bosco Carvalho Silveira,** com benefício na monta de **R$ 1.266,39 (um mil, duzentos e sessenta e seis reais, trinta e nove centavos)**, tendo direto ao regime da **revisão anual**, conforme discriminação abaixo:

Beneficiário	Qualidade	Percentual	Valor	Início
Vilma de Jesus Silveira	Cônjuge	100%	R$ 1.266,39	11/01/2016

Participaram do julgamento os Conselheiros: **Susana Maria Fontes Azevedo Freitas** (Presidente e Relatora), **Carlos Pinna de Assis** e **Maria Angélica Guimarães Marinho**, com a presença do Procurador **João Augusto dos Anjos Bandeira de Mello.**

SESSÃO VIRTUAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE, através do link https://tinyurl.com/y9zkldko, Aracaju, em **02 de março de 2021.**

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SUSANA MARIA FONTES AZEVEDO FREITAS
Conselheira Presidente e Relatora

Fui presente:

Procurador do Ministério Público de Contas

Arquivo assinado digitalmente por SUSANA MARIA FONTES AZEVEDO FREITAS:29429307568 em 01/03/2021 15:26:03
Arquivo assinado digitalmente por JOAO AUGUSTO DOS ANJOS BANDEIRA DE MELLO:88998878453 em 01/03/2021 15:46:05